

CAMPESINATO BRASILEIRO: ORIGENS E RESSIGNIFICAÇÕES DE UM MODO DE VIDA TRADICIONAL

MARIA DAS GRAÇAS CAMPOLINA CUNHA¹
UNIMONTES - gracapira@yahoo.com.br

RESUMO²: Neste artigo, procuro compreender a origem do campesinato brasileiro e como este conceito é politicamente utilizado e reinterpretado ao longo dos tempos no Brasil. Para isto, realizo uma discussão dos estudos realizados sobre este modo de vida a partir da década de 1970. Busquei subsidiar-me em geógrafos e sociólogos que discorrem sobre a história deste modo de vida e as formas como permeiam no campesinato as esferas da reciprocidade. Em seguida, discuto as novas categorias políticas que surgem, trazendo consigo novos discursos, são eles: agricultura familiar e populações, povos ou comunidades tradicionais.

PALAVRAS CHAVE: Campesinato, agricultura familiar, povos ou populações tradicionais.

Introdução

Na atualidade, existe uma forte tendência nos estudos acadêmicos do Brasil de se explicar o termo campesinato como uma categoria política, sendo o camponês compreendido como uma classe que não expressa inteiramente a realidade rural do país em seus processos históricos de formação e de organização social. Nesta busca, alicerço-me em Marques, que define o campesinato como:

(...) um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (Marques, 2004, p. 145).

¹ Integrante do grupo de estudos e pesquisas “Opará: Grupo de Estudos e Pesquisas do Rio São Francisco”, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Unimontes.

² Esta discussão faz parte de uma pesquisa de doutoramento em andamento sobre campesinato, em que enfoco a mulher camponesa nortemineira. Pesquisa realizada com apoio da FAPEMIG.

Afirmo que essa é uma categoria social, um modo de vida que se formou e que permanece existindo no Brasil, e que a sua compreensão nos permite entender como esta parcela da população se organiza e se articula para permanecer reproduzindo-se enquanto camponês, ao mesmo tempo à margem e dentro de um sistema que o subjuga. Portanto, neste artigo, busco compreender primeiramente a origem do campesinato brasileiro. Em seguida, realizo uma discussão sobre as formas como este conceito é politicamente utilizado e reinterpretado ao longo do tempo em nosso país.

O Campesinato no Brasil: Origens e características fundantes

A questão sobre a existência do campesinato brasileiro suscita discussões nos mais variados campos das ciências sociais na atualidade. Alguns autores discordam que no Brasil ocorreu o desenvolvimento desta classe no país, Caio Prado Junior é um dos teóricos que defendem que o país não passou pelos processos históricos de formação camponesa, passando da escravidão para o trabalho assalariado. Os agricultores pobres seriam interpretados como uma classe excluída do processo de desenvolvimento econômico do país. Contrariando a tese de Prado Jr. (1960), José de Souza Martins (1975) define a “existência de uma classe camponesa que corresponde aos agricultores excluídos do pacto político, os sem-vozes” (SABOURIN, 2009, p. 8).

Nas décadas finais do século XX e no início do século XXI, existe uma forte tendência de se explicar o termo campesinato como uma categoria política, deixando de ser compreendida como uma categoria científica e social que incorpora o modo de vida da população rural brasileira. Assim, minimiza-se a relevância histórica da categoria campesinato nos estudos científicos – nas diversas formas de organização, de adaptação, de transformação e de resistência deste modo de vida.

Se a categoria campesinato surgiu no Brasil como um tema político, foi e permanece sendo categorizado nos estudos acadêmicos, e por isso, não deixa de ser também uma categoria científica à medida que é sujeito de sua investigação. De acordo com Sabourin, apesar de ser uma categoria que nasceu como uma reivindicação política, a existência de camponeses no Brasil existe não somente em termos de características políticas, mas também de categoria social e sociológica (2009, p. 29).

Foram e são produzidas teorias que tentam explicar, compreender e interpretar este modo de vida - das diversas formas em que se apresentam no país – que, apesar de tão antigo, se diferencia e é subordinado por um poder hegemônico. Sociedades, comunidades, populações, povos são estudadas para a compreensão do camponês enquanto sujeito que possui uma organização social, política, econômica e ecológica própria.

Ora, se no Brasil esta é uma categoria trazida de fora tardiamente, nova e de teor político, que “foi banido do vocabulário oficial após a repressão militar de 1964” Sabourin (2009), ou se não se desenvolveu no país, como já alertava Prado Jr (1960), como não falar de outras modalidades de organização econômicas que também nos foram impostas pelos povos de “*além mar*”?

Reelaboram-se novas categorias científicas que ressignificam o campesinato. E isso ocorre de duas formas: a) quando realizada pelo Estado, que procura introduzir uma nova categoria através de políticas públicas de financiamento, afirmando a existência de uma agricultura familiar. Com a produção da categoria “agricultor familiar”, nega-se, politicamente, a existência de uma classe camponesa brasileira e das lutas historicamente travadas por ela. b) quando esta categoria é ressignificada pelos próprios camponeses - e os movimentos sociais ligados a eles - que procuram se fortalecer. Em suas reivindicações políticas por direitos a conquistar, passam a se nomear de acordo com suas características identitárias vinculadas aos seus territórios.

Sem querer ater-me apenas às definições políticas, econômicas ou científicas do campesinato, procuro abarcar o que ele representa no conjunto: política, econômica e culturalmente reprodutor de modos de vidas que convergem e se complementam no interior deles mesmos, e em interação com as sociedades envolventes.

Origens do campesinato brasileiro

No Brasil, podem ser apontadas ao menos três formas através das quais originou-se o campesinato: a) proveniente de antigas zonas agroexportadoras, como as áreas de antigos engenhos de cana-de-açúcar, algodozeiras e cafeeiras - quando se formaram arranjos entre proprietários e foreiros, colonos ou arrendatários, trabalhadores

camponeses que moram no interior da propriedade – e se originam núcleos camponeses nos arredores destas propriedades, em “terras livres³”; b) o denominado campesinato de fronteira, que consistiu na implantação de núcleos camponeses que garantiram o povoamento de áreas distantes, muitas vezes ligados à expulsão de povos indígenas, como relata Godói (1999); e c) o campesinato que mais se aproxima do modelo europeu, que ocorreu no sul do país, em consequência do incentivo, por meio de doação de terras pelo Estado Imperial, a imigrantes assentados em colônias. Neste estudo, atendo-me às duas primeiras formas mencionadas, dando enfoque maior às ocorridas na região Norte de Minas Gerais.

Nas áreas marginais das grandes *plantations* (HERÉDIA, 1979; MEYER, 1979) e nas grandes fazendas de criatório de gado (COSTA, 1997) constituíam-se grupos camponeses que atendiam às necessidades destas áreas de produtos alimentícios. Herédia aponta que no Nordeste açucareiro este campesinato, desde seu nascimento e como condição necessária para seu estabelecimento, esteve subordinado à *plantation* (1979, p. 31).

Segundo Costa (1997), no período de instalação das grandes fazendas de gado no Norte de Minas, os núcleos camponeses passaram a se formar em seu entorno, e surgiram, a partir daí, relações de complementaridade e de compadrio que explicam as formas de dominação que se estabeleceram. Este autor entende que os núcleos camponeses formaram-se em decorrência do sistema escravista da época. Mais afastados das atividades agroexportadoras, povos fugitivos da escravidão formavam grupamentos camponeses em áreas de difícil acesso, para poderem constituir seus espaços de liberdade.

Este isolamento foi aos poucos se desfazendo, devido ao povoamento das áreas interioranas do país, principalmente devido às necessidades demandadas pela economia

³ Coloco o termo terras livres entre aspas devido à sua apropriação ocorrer por meio do apossamento e não da apropriação privada (propriedade). Segundo Godói, após a abolição das sesmarias as posses passam a abranger extensas fazendas, por isso, juridicamente este termo não significa a apropriação de terras apenas por pequenos agricultores, visto que este modo de apropriação foi também utilizado para a demarcação de extensas áreas pelos empreendedores capitalistas (1999, p. 47). A posse não garantiu a todos o direito à terra, principalmente aos pequenos agricultores. Em momentos históricos do país, quando o Estado garantiu o direito privado do capital à terra, dentre eles os que também se apossaram dela, houve a expulsão de grande parcela dos camponeses posseiros que viviam em “terras livres”.

mineradora de produtos alimentícios e de animais de carga⁴. Instalaram-se, nessas regiões mais afastadas dos centros produtivos grandes fazendas de criatório de gado, para sustentar as zonas mineradoras.

Os fazendeiros utilizaram, como trabalhadores, a mão-de-obra escrava e a liberta. Nos arredores das grandes fazendas estabeleceram-se núcleos camponeses (Costa, 1997), de populações negras originárias das grandes *plantations*.

Outro marco importante de distribuição da população camponesa no país ocorreu a partir do ciclo migratório nordestino no século XIX, que se prolongou até início do século XX⁵. Esta migração relaciona-se à grande seca ocorrida entre 1877 e 1880, que acarretou a saída da população camponesa da região em busca de melhores condições de vida. Prado Junior afirma que este fato gerou o despovoamento do interior nordestino do Ceará até a Bahia (1973, p.78).

A região Norte de Minas Gerais era rota de passagem para estas populações retirantes que se destinavam, principalmente, a São Paulo. Muitas delas, porém, acabaram por fixarem-se na região e formaram núcleos camponeses. Paula relata que as migrações ocorriam através do rio São Francisco e da “estrada Baiana”, que ligava os estados de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Segundo a autora, “Nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade do século XX foram muitas as levadas de ‘flagelados da seca’ pelos vapores” (Paula, 2009, p. 110).

Esta população retirante foi uma das grandes responsáveis pelo surgimento de núcleos camponeses no Sul da Bahia, na região amazônica e nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Em busca de terras ainda libertas, instalaram-se em regiões distantes das de suas origens.

É possível afirmar, portanto, que a distribuição das populações camponesas originárias entremeia as duas modalidades citadas na introdução desta seção: a) a partir da migração da população das antigas áreas de *plantations*, e; b) a partir da existência de

⁴É relevante apontar que a mineração também se configura como outro fator de povoamento camponês no Norte de Minas. Com destaque o Jequitinhonha, mas também o Jequitaiá, estes são rios que fizeram parte do ciclo da mineração. Alguns dos povoados que surgiram nesta época tornaram-se cidades (Grão Mogol e Jequitaiá, por exemplo), outros desapareceram e outros permanecem povoados.

⁵ Este não foi o único ciclo migratório dos povos nordestinos. Devido às secas que assolam o Nordeste brasileiro e ao processo de expropriação camponesa ao longo da história da região e do país, há um ciclo contínuo de migrações que são identificados pelos relatos de autores, entre eles, Prado Junior (1960, 1973) e Silva (2000).

“terras livres”, quando esta população passou a povoar áreas de fronteiras, ou seja, ainda despovoadas.

Em cada parte do país, segundo o processo histórico de povoamento e exploração, formas diversificadas se efetivaram. Desenvolvendo uma agricultura de subsistência, de excedente na concepção de Martins (1975), ou de provisionamento⁶, na compreensão de Sahlins (1970), estes grupos elaboraram e elaboram modos de vida que se manifestam por meio dos valores morais e códigos locais que regiam e regem as suas vidas em relação à organização do trabalho, da vida familiar e do grupo comunitário.

Este constante movimento camponês reflete a sua capacidade de adaptação como forma de resistência para permanecer reproduzindo o seu modo de vida. Contudo, permanece, ao longo de sua trajetória, organizando as suas vidas estabelecendo relações dos homens entre si e com as coisas a partir de uma ética camponesa, constitutiva de uma ordem moral (Woortmann, 1990) na elaboração de estratégias de sua reprodução social. Sua compreensão remete às relações e aos valores que permeiam terra, trabalho e família.

Moreira (1985) relata que na sociedade capitalista o homem sempre trabalha com e na natureza, mas sempre em busca da produção mercantil. Esta relação entre sociedade e natureza ocorre no processo do trabalho, quando o operário extrai o minério da rocha, produz o tecido a partir do algodão ou manuseia a máquina etc. Sendo este um processo alienado, o homem se reproduz e reproduz o capital em consequência da estranheza de sua essência natural.

Nas sociedades camponesas a relação sociedade natureza ocorre de forma inversa, dado que a natureza é considerada um dom, envolvendo relações com o sagrado. A retribuição de uma dádiva – como a chuva que favorece a colheita – ocorre nas orações, nos ritos e nas festas realizadas em agradecimento a uma divindade. Herédia (1979) relata a relação existente entre a festa de São José, em março – que coincide com o início do plantio de certos produtos – e a festa de São João, em junho – que ocorre no período da colheita – na Zona da Mata Pernambucana.

⁶ Segundo Godói (1999, p. 51) o termo “agricultura de subsistência” vem acompanhada de uma concepção equivocada que comporta o binômio trabalho contínuo-sobrevivência, por isto ela prefere a concepção elaborada por Sahlins (1970) “economia de provisionamento”, compreendendo o “costumeiro estoque de bens, tem seus limites na produção e não possui propensão inerente para um trabalho contínuo. A opção levantada por Martins (1975), “agricultura de excedente” vai de encontro à concepção dada por Sahlins.

Na verdade, as duas celebrações apresentam um caráter diferente. A festa dedicada a São José possui um caráter de prece e durante sua preparação há nove dias de rezas (novena), que culminam com os festejos de 19 de março, dia em que se realiza uma missa e posteriormente uma procissão. O caráter que assume a comemoração sugere que estes festejos estejam ligados à necessidade de assegurar um bom ano agrícola e que o santo ajude dando início ao inverno. Por outro lado, a festa dedicada a São João reveste-se de um caráter jubiloso. Nesse dia, acendem-se fogueiras em volta das quais realizam-se danças e brincadeiras, agradecendo-se através do outro santo o sucesso do ano agrícola. (1979, p. 54)

Essas populações se relacionam com o meio compreendendo-o como um ser vivo que permite a sua reprodução. Intermediado por uma divindade, o ambiente proporciona a dádiva da colheita que é retribuída através da festa em agradecimento ao santo. Nestas festas, as relações de amizade e os laços sociais se solidificam; laços estes que garantem as trocas afetivas nas diversas esferas da vida cotidiana: no amparo a um vizinho ou parente doente, a uma mulher em trabalho de parto, na troca entre vizinhos, na doação de algum alimento. Todos estes gestos envolvem a reciprocidade: um constante dar, receber e retribuir, que nos retorna às idéias de Mauss (1974).

Outro exemplo que podemos apontar sobre a reprodução deste modo de vida remete às esferas simbólicas que envolvem o trabalho camponês e as formas como se manifestam as relações de reciprocidade nestas sociedades, é o mutirão. O mutirão é um acontecimento que se materializa através da união de um grupo de camponeses na ajuda a um vizinho que se encontra impossibilitado de executar em tempo todas as atividades necessárias para a produção agrícola, que garantam uma boa colheita.

Unem-se para ajudar com o trabalho um vizinho na derrubada da mata, na roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa (Cândido, 1975, p. 68). Esta prática fortalece vínculos sociais, e geralmente é finalizada com uma festa onde se comemora o dia de trabalho em conjunto, celebrando com ritos, músicas, danças e preces, a realização de uma tarefa oferecida espontaneamente.

Entendido por Cândido (1975) como ato solidário, o mutirão envolve práticas que, ao mesmo tempo em que são ofertadas, aquele que a recebeu se sente moralmente devedor. O mutirão envolve, portanto, as três esferas da dádiva descritas por Mauss: dar, receber, retribuir, ou as esferas da reciprocidade⁷. Pois, considerado uma ajuda por aqueles que o

⁷ No sentido dado por Lévi-Strauss (1948).

fazem, ele é também considerado uma obrigação moral de retribuir por aquele que o recebe.

Brandão descreve um tipo de mutirão que ocorre em Goiás, a *traição*, que se diferencia do mutirão devido ao caráter de surpresa em que realiza:

Quando parentes e vizinhos tomavam conhecimento de que um sítio das redondezas necessitava da ajuda de outros braços além dos de sua família para realizar um trabalho, em geral, atrasado (a limpeza de um pasto, o preparo de um terreno para o plantio), era costume que, em segredo, saíssem convidando outros parceiros de trabalho da comunidade para um mutirão (2009, p. 42).

Segundo Godbout (1998, p. 4), a “verdadeira” dádiva é um gesto socialmente espontâneo, um movimento impossível de captar, uma obrigação que o doador dá a si mesmo; uma obrigação interna, imanente. Ao contrário da liberdade alcançada a partir da “ausência da dívida” que se traduz na ausência dos laços sociais nas sociedades neoliberais.

Sabourin (2009) afirma que nas sociedades de reciprocidade, a necessidade de produzir é motivada pela necessidade de doar, processo este que envolve a transmissão do saber e as formas de manejo dos recursos⁸. No interior desses grupos são elaboradas de formas diversas as identidades locais, que nos campos simbólico e prático suscitam as alternativas de organização interna, a ritualização do trabalho e as práticas conjuntas e cotidianas, as formas como se relacionam com os seus ancestrais e constroem os seus mitos.

São as especificidades existentes no interior de cada população permeando subjetividades, valores, ética, identidades e peculiaridades socioculturais vinculadas à construção histórica de seus territórios. Atualmente, essas populações são politicamente ressignificadas como agricultores familiares ou como populações tradicionais, como discutirei à seguir.

⁸ Podemos observar este fato também na forma como ocorre nestas sociedades a apropriação dos recursos naturais nos territórios coletivos. Seu manejo – envolvendo regras de uso – garante a possibilidade de acesso comum dos bens coletivos.

As Resignificações do Campesinato

Para compreender as formas como o campesinato é estudado ou discutido na atualidade, busquei subsidiar-me em estudos que definem as novas categorias políticas que surgem trazendo consigo novos discursos, são eles: agricultura familiar e populações, povos ou comunidades tradicionais.

O que a primeira trás ao debate é a negação da existência histórica de uma classe camponesa brasileira, ou a sua superação. A segunda, que categoriza populações, povos ou comunidades tradicionais, não nega a existência do campesinato, mas o ressignifica devido à necessidade de se incorporar as especificidades locais relacionadas às questões territoriais que cultural e ancestralmente vincula um povo ao ambiente que habita. Sobre essas categorias, neste artigo me ative à uma abordagem política apenas, forma encontrada de reafirmar a atualidade do campesinato diante das novas formas de se nomear este modo de vida que surgem no cenário brasileiro atual.

Neste viés, podemos apontar três reflexões. A primeira diz respeito ao termo agricultura familiar. Sobre este conceito, é importante lembrar que esta é uma categoria política formulada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) em meados dos anos 1990. Procurou-se introduzir o novo conceito “agricultura familiar”, para esvaziar as reivindicações políticas e sociais do campesinato – termo que expressa um modo de vida. Esta nova categoria diverge daquela que representa as lutas travadas no campo brasileiro, das lutas históricas realizadas pela classe camponesa que busca uma distribuição mais humana e socialmente justa de acesso à terra por meio da realização de uma reforma agrária (MARQUES, 2002; FERNANDES, 2001, 2003).

Para tolher essa luta popular secular, o governo adotou nova tese e criou um “novo mundo rural”, onde a agricultura camponesa é metamorfoseada em agricultura familiar, procurando convencer os trabalhadores de que o mundo mudou e que a luta pela terra é coisa do passado; que a subalternidade é “natural”, na integração ao capital e ao mercado, (FERNANDES, 2003, p. 14).

Ou seja, para impedir a recriação do campesinato, o governo FHC elaborou políticas que trouxeram e trazem para o plano econômico as questões sociais que envolvem a luta por acesso à terra.

A segunda reflexão remete aos termos campesinato e populações tradicionais. A ciência, ao estudar o campesinato, estuda uma categoria que remete à formação de uma

sociedade que mantém elaborando, apesar de sua autonomia relativa, a organização de seu tempo-espaço, da produção e que apresenta uma interação distinta. Por assim dizer, a categoria “população tradicional” é uma categoria de apelo identitário, pois remete às populações que se traduzem como camponesas, acrescida, nesta concepção, da compreensão da diversidade cultural existente entre estas populações. São as identidades territoriais, compreendidas como formas de organização local. Organização que se constitui, se manifesta e se reproduz por meio de uma cultura vinculada ao seu meio biofísico. São identidades territoriais as gentes das veredas, caatingueiras e chapadeiras do sertão nordestino, assim como os caiçaras do litoral Sudeste e os povos ribeirinhos da Amazônia.

São designadas novas categorias para que se possa ter uma melhor compreensão das formas diversas com que se apresentam as populações camponesas, com o intuito de alcançar maior poder político de atuação e resistência junto ao mundo exterior. Mas de formas diversas esta é uma característica do próprio campesinato, que se transforma e se adapta para continuar se reproduzindo. Afirmando, portanto, que a diferença entre as duas categorias – campesinato e populações tradicionais - é que a segunda aponta as identidades territoriais vinculadas à diversidade do mundo rural brasileiro.

A última reflexão diz respeito à compreensão dada por Carvalho (2005) ao termo “povos ou populações tradicionais”. Segundo o autor, esta é uma categoria política que surge para fortalecer as lutas travadas por populações anteriormente invisibilizadas e desamparadas pelo Estado.

As novas denominações que designam os movimentos e que espelham um conjunto de práticas organizativas, traduz transformações políticas mais profundas na capacidade de mobilização destes grupos face ao poder do Estado e em defesa de seus territórios.

(...)

Está-se diante do reconhecimento de direitos até então contestados, e de uma certa reverência dos poderes políticos às práticas extrativas do que chama de “populações tradicionais”. Os conhecimentos “nativos” sobre a natureza adquirem legitimidade política e sua racionalidade econômica não é mais contestada, no momento atual, com o mesmo vigor de antes (Idem, p. 86).

Esta categoria e os novos termos que surgem com ela – como povos da floresta, caiçaras, cerradeiros – nasce, portanto, das reivindicações locais dos direitos coletivos.

Ela seria, então, uma “nova estratégia dos movimentos sociais no campo, ao designar os sujeitos da ação (...)” (CARVALHO, 2005, p. 87).

Porém, a categoria povos ou populações tradicionais, ao ser analisada e interpretada de acordo com padrões científicos que se estabelecem nos estudos atuais, e de acordo com a corrente teórica escolhida por cada pesquisador, passa a ser também uma categoria científica. Como afirma Milton Santos “não seria a ciência, tal como propôs Neil Postman uma forma de contar histórias?” (Apud. BRANDÃO, 2006 p. 11). Sendo assim, creio ser a ciência uma forma de comprovar ou demonstrar cientificamente algo que é pensado e elaborado no interior de uma cultura, ou seja, revestida de uma ideologia de quem a faz, portanto ela mesma, uma categoria política.

Essas populações apresentam em suas organizações as características camponesas fundantes apontadas pelos autores anteriormente citados, entre vários autores que realizaram seus estudos voltados para a sua compreensão. Esquecer isto é elevar uma categoria que surge como reivindicação política que para ascender precisa enterrar a velha. E em seu velório vão junto todas as questões importantes que ela suscitou. De acordo com Godoi et all,

O campesinato é um dos principais protagonistas da história da humanidade. Todavia, por numerosas vezes, em diversas situações, foram empreendidos esforços para apagá-lo da história. Esses apagamentos ocorrem de tempos em tempos e de duas maneiras: pela execução de políticas para expropriá-lo de seus territórios e pela formulação de teorias para excluí-lo da história, atribuindo-lhe outros nomes a fim de regular sua rebeldia (2009, p. 20. Prefácio do livro assinado pela Via Campesina).

Não podemos nos esquecer de um passado de lutas e de resistências que ocorreram na Europa e de forma diversa no Brasil – visto que a nossa história aconteceu em outro espaço-tempo. Como atesta Oliveira, Canudos, Contestado, Trombas e Formoso são histórias que eclodiram no país de lutas camponesas por terras libertas. São “memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores” (2001, p. 190).

Considerações

As novas categorias que surgem no cenário político brasileiro, interpretam o camponês de duas formas: a) como uma população que não faz parte da história do país, neste bojo o esquecimento de parte importante de nossa história. São nomeados agricultores familiares os sujeitos trabalhadores do e no campo e; b) como uma classe que se forma, se organiza e se reproduz à partir das múltiplas variações étnicas e territoriais existentes. São sujeitos da história que se fazem presentes nas reivindicações políticas atuais sobre o direito de permanência do modo de vida camponês. São elas as populações ou povos tradicionais que se encontram espalhadas por todo o território brasileiro.

A partir das leituras realizadas sobre o campesinato, afirmo que este é um modo de vida que sempre existiu no Brasil e que faz parte da história de construção desta nação. O movimento espaço-temporal das sociedades envolventes (capitalistas) remodela suas configurações atuais, porém, as suas características fundantes permanecem se reproduzindo.

Nas sociedades camponesas contemporâneas permeiam, com grandes variações, modos de vida baseados na reciprocidade e no interconhecimento que se manifestam como formas de solidariedade permitindo a elas se reconhecerem como pertencentes a um grupo, através de uma identidade coletiva que compartilha saberes, práticas e valores que a constituem. São características que sempre fizeram parte do modo de vida camponês, e que persistem apesar das mudanças relacionadas às múltiplas formas como cada grupo se adapta para se relacionar com o mercado e a sociedade envolvente.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O Trabalho como festa: algumas imagens e palavras sobre o trabalho camponês acompanhado de canto e festa. In. GODOI, Emília Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. **Diversidade do Campesinato**: expressões e categorias: Construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: UNESP, 2009. v.1. (História social do campesinato brasileiro).

_____. **Tempo e Espaço na Comunidade Rural**: a visita de um antropólogo a Geografia. Anais do II Encontro de Grupos de Pesquisa-Agricultura e Desenvolvimento Regional e Transformações Sociospaciais, Uberlândia. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2006. CD-ROM.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3ª. Ed. São Paulo: Duas Livrarias, 1975.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In. SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas**. Montes Claros: Best, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**. V. 3, n.1, p.11-27, Jan/Jun 2003.

_____, **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

GODBOUT, J.T. Introdução à Dádiva. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 1998, vol.13, n.38, pp. 39-52. ISSN 0102-6909. doi: 10.1590/S0102-69091998000300002.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O Trabalho da Memória**: cotidiano e história no sertão de Piauí. Campinas: Unicamp, 1999.

GODOI, Emília Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. **Diversidade do Campesinato**: expressões e categorias: Construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: UNESP, 2009. v.1. (História social do campesinato brasileiro).

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da Vida**: Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A Atualidade do uso do Conceito de Camponês**. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa. AGB, 2002. CD-ROM.

_____. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O Campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. (p. 145-158).

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In. _____ **Sociologia e Antropologia**. v. II. São Paulo: Edusp, 1974.

MEYER, Doris Rinaldi. **A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos**: Estudo de uma Comunidade Rural Nordestina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOREIRA, Ruy. **O Que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, N^o. 15 (43), 2001.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Travessias**: movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do norte de Minas Gerais. Uberlândia: PPG-IG/UFU, 2009. Tese de doutorado. 350 f.

PRADO JUNIOR, Caio. A Questão Agrária no Brasil. In. **Revista Brasiliense**, n.º.28, 1960.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Trad. Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Trad. Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WOORTMANN, Klaas. 1990. “*Com parente não se neguceia*”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília/Rio de Janeiro, EDUNB/Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-73, 1990.